



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FÁBIO BARBOSA REPRESAS

**FORMAÇÃO DO RENDIMENTO DA MULHER CHEFE DE FAMÍLIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR : ANÁLISE DOS DADOS NO PERÍODO 2000-2005**

FAC. CIENC. ECONOMICAS
Biblioteca
Setor de Periódicos

SALVADOR
2007

FÁBIO BARBOSA REPRESAS

**FORMAÇÃO DO RENDIMENTO DA MULHER CHEFE DE FAMÍLIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR: ANÁLISE DOS DADOS NO PERÍODO 2000-2005**

Versão final monografia apresentada no curso de graduação
de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. José Carrera-Fernandez

**SALVADOR
2007**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Represas, Fábio Barbosa

R425 Formação do rendimento da mulher chefe de família na Região Metropolitana de Salvador : análise dos dados no período 2000-2005/

Fábio Barbosa Represas. ____ Salvador, 2007.

37 f.: il.; graf., tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas)
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas ,
2007.

Orientador: Prof^o. José Carrera-Fernandez.

1. Mercado de trabalho-mulher - Bahia 2. Economia da trabalho 3.
Renda familiar-mulher 4. Trabalho feminino- Bahia I. Carrera-
Fernandez, José II. Título


CDD – 331.4098142

FÁBIO BARBOSA REPRESAS


FORMAÇÃO DO RENDIMENTO DA MULHER CHEFE DE FAMÍLIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR: ANÁLISE DOS DADOS NO PERÍODO 2000-2005

Aprovada em 25 de maio de 2007.

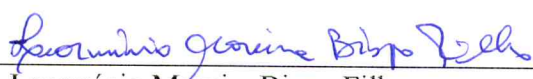
Orientador: _____



Prof. José Carrera Fernandez
Faculdade de Economia da UFBA



Prof. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Economia da UFBA



Leormínio Moreira Bispo Filho
Mestre em Economia - CME/UFBA e Técnico da PED

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida.

Aos meus pais, Venâncio Ucha Represas e Semirames J. Barreto Barbosa, pela dedicação, amor e carinho.

Ao meu orientador, Professor José Carrera Fernandez, que me ajudou muito;

A Leorminio Moreira da PED, pelos dados fornecidos e pela atenção em me ensinar a trabalhar com o software SPSS;

Aos amigos, colegas de trabalho e colegas de curso, que foram extremamente úteis no esclarecimento de algumas questões referentes a este trabalho;

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esta monografia pudesse ser redigida.

RESUMO

A participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho tem mostrado uma evolução significativa nas últimas décadas tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Objetivando ampliar o conhecimento a respeito do trabalho feminino, esta monografia aborda algumas questões teóricas sobre o perfil da mulher chefe de família no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), analisando os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Este trabalho também estuda a formação do rendimento da mulher chefe de família, procurando estabelecer seus determinantes e a contribuição de cada um deles.

Palavras-chave: mulher chefe de família. trabalho feminino. mercado de trabalho. força de trabalho. rendimento do trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	8
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS SOBRE O TRATAMENTO DOS DADOS DA PED	16
4	A INSERÇÃO DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS	21
5	OS DETERMINANTES DO RENDIMENTO DA MULHER CHEFE DE FAMÍLIA	29
6	CONCLUSÕES	34
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Uma mudança significativa na oferta de trabalho no pós-guerra tem sido o crescimento da participação da mulher na procura por emprego e ocupação. Embora este fenômeno tenha sido percebido antes da Segunda Guerra Mundial, é na segunda metade do século XX que as mulheres consolidam sua presença no mercado de trabalho. Goldin (1990) aborda que nos Estados Unidos, as mulheres passaram de 18% da População Economicamente Ativa (PEA) no ano de 1900, para 32% em 1960 e 46% em 1992. Esta mudança foi verificada quase no mundo todo, e o Brasil não escapando desses efeitos a PEA feminina passou de 32% em 1977 para 46% em 2001, tratando-se de um fenômeno de grande importância.

O grande aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem sido amplamente estudado, não se tratando de um fenômeno desconhecido. A literatura econômica sobre o tema é vasta e, no Brasil, existe uma grande quantidade de artigos e livros versando sobre a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho. De acordo com alguns autores, a família vem passando por mudanças significativas que se aprofundaram devido à globalização. A participação feminina no mercado de trabalho cresceu de maneira significativa no século XX, apesar de persistirem as desigualdades em que se fundamentam as relações de gênero. Os efeitos da precarização do mercado de trabalho recaem, de forma especial, sobre a mão-de-obra feminina, devido, principalmente, à sua presença no emprego doméstico, onde praticamente não há reconhecimento de direitos trabalhistas (GELINSKI ; RAMOS 2004).

Esta monografia tem como objetivo abordar algumas questões sobre o perfil das mulheres chefes de famílias ocupadas no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, a partir de análise feita dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Além do mais, estuda-se a formação do rendimento dessa mulher, procurando estabelecer os princípios, determinantes e condicionantes que a levam a buscar uma ocupação nesse mercado. Ademais, este trabalho também aborda a probabilidade da mulher buscar uma ocupação, objetivando destacar a contribuição dos principais elementos que influenciam a decisão desta se inserir no mercado de trabalho. Para tal, utiliza-se a base de dados cujas informações abrangem o período compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2005.

Além dessa introdução, este trabalho é composto por mais cinco capítulos. No segundo capítulo é abordada a situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro através de um breve histórico; como também uma análise sucinta da situação das mulheres chefes de família nas Grandes Regiões do país: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O terceiro capítulo apresenta os aspectos metodológicos sobre o tratamento dos microdados da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, sendo abordados também os principais conceitos e indicadores necessários para o entendimento dos microdados coletados, o qual dará suporte ao entendimento do ponto subsequente.

O capítulo quarto contempla uma análise dos microdados selecionados, com o objetivo de mostrar o perfil das mulheres chefes de família no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, contendo informações sobre escolaridade, cor, idade, jornada de trabalho, tempo de serviço, experiência e rendimentos.

O quinto capítulo estuda a formação do rendimento do trabalho da mulher chefe de família através de um modelo loglinear, objetivando avaliar a contribuição dos principais determinantes desse rendimento.

O último capítulo tece as considerações finais com os elementos de síntese do trabalho.

2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Este capítulo desenvolve um breve histórico sobre a evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, observando como alguns autores da literatura econômica vêem tal questão. Será abordada também de forma sucinta a situação das mulheres chefes de família no mercado de trabalho no Brasil, e nas Grandes Regiões do país: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e a crescente introdução da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas. Na primeira metade do século XX, com as duas guerras mundiais, a ida dos homens para as frentes de batalha levou as mulheres a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Com o fim da segunda guerra, muitos dos que sobreviveram ao conflito estavam mutilados e/ou impossibilitados de voltar ao trabalho. Nesse contexto, as mulheres deixaram as suas casas e os seus filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos homens, solidificando a sua presença no mercado de trabalho (PROBST, 2003).

Galeazzi (2001) reforça este argumento em seu trabalho mostrando que a importância das mulheres no processo produtivo não é um fato novo. No Brasil, a presença feminina foi marcante desde os primórdios da industrialização, especialmente ligada à indústria têxtil no século XIX. O que há a destacar nas últimas décadas do século XX é a intensidade, a diversificação e a aparente irreversibilidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho.

A participação da mulher no mercado de trabalho expandiu-se num processo contínuo, sem alteração diante das diferentes conjunturas econômicas, até o final dos anos 90. Diversos fatores impulsionaram esse processo: o desejo de desenvolver uma carreira; a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja para fazer frente aos novos anseios de consumo — a alteração no padrão de consumo com a presença de novos produtos, expandindo o leque de consumo familiar, impeliu as mulheres a

trabalharem fora de casa para aumentar a receita doméstica —; e, principalmente, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subseqüentes à II Guerra, trazendo uma expansão do emprego assalariado regulamentado e incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres (GALEAZZI, 2001).

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, o quadro internacional muda: a estagnação das economias, acompanhada de elevadas taxas de inflação, inaugura um período de desaceleração no ritmo de geração de empregos, especialmente a geração de empregos assalariados regulamentados. As taxas de desemprego entram em rota ascensional e instala-se um movimento de precarização do mercado de trabalho (POCHMANN, 1999). De um período de inclusão de novos segmentos de trabalhadores no mercado de trabalho urbano passa-se a um processo de exclusão via desemprego e oferta de ocupações a descoberto dos padrões de proteção legal e previdenciária vigente — assalariamento desregulamentado, trabalho por conta própria ou auto-emprego. Os efeitos nocivos desse processo recaem de forma especial sobre a mão-de-obra feminina, ampliando sua participação no contingente de trabalhadores desempregados e nas formas precarizadas de ocupação.

Mesmo nesse contexto a participação das mulheres no mundo produtivo não diminuiu. Ao contrário, as taxas de participação seguem aumentando, principalmente no período mais recente, quando se intensifica o crescimento das taxas de desemprego e aumenta o desemprego de longo prazo, entendendo-se, aqui, a permanência nessa condição por períodos superiores a um ano. Conduzido por mudanças no padrão cultural, ou simplesmente pela necessidade de obtenção de renda, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho toma a forma de um processo definitivo (GALEAZZI, 2001).

Segundo Fernandes e Mendonça (2004) observou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil na última década (Tabela 1). Apesar desse crescimento, a participação das mulheres na atividade econômica é muito inferior ao dos homens.

A manutenção da distância entre as taxas de atividade masculina e feminina, que em 2000, era cerca de 25 pontos percentuais - 69,0% masculina e 43,8% feminina - pode ser justificada de três formas, segundo os autores. Em primeiro lugar, a existência de restrições socioculturais e

o estabelecimento de papéis historicamente diferenciados entre homens e mulheres nas famílias e domicílios.

Em segundo lugar, pode-se admitir a existência de discriminação pura e simples no mercado de trabalho. A discriminação pode ser observada pelo tratamento desigual dos agentes de produção iguais, partindo do princípio de que homens e mulheres são substitutos perfeitos quando possuem características produtivas iguais. Geralmente, esse tratamento desigual se dá em diferenciais de rendimento.

Em terceiro lugar, os demandantes de mão-de-obra podem diferenciar homens e mulheres de acordo com a ocupação, ou seja, eles são fatores de produção diferenciados. Esse argumento diz respeito mais especificamente à definição de algumas ocupações como "tipicamente" masculinas (por exemplo, construção civil, trabalhos braçais) ou femininas (por exemplo, serviço doméstico e confecção de vestuário e calçados).

Em termos relativos, observa-se aumento no ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que poderia ser considerado grande avanço não fossem os problemas de dupla jornada de trabalho e diferenças salariais entre os sexos. O que não vamos aprofundar por não se tratar do objetivo deste trabalho.

Tabela 1
Indicadores comparados de pessoas de 10 anos ou mais
Brasil – 1991/2000

Indicadores selecionados (%)	1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Taxa de atividade	51,8	71,5	32,9	56,1	69,0	43,8
Pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade	49,0	68,3	30,5	47,6	60,8	35,2
Distribuição das:						
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	100,0	49,0	51,0	100,0	48,7	51,3
Economicamente ativas	100,0	67,6	32,4	100,0	59,9	40,1
Ocupadas	100,0	68,2	31,8	100,0	62,1	37,9
Desocupadas	100,0	55,6	44,4	100,0	47,5	52,5
Não economicamente ativas	100,0	29,0	71,0	100,0	34,3	65,7

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000, apud. Fernandes e Mendonça, 2004, p.23

Alguns autores da literatura econômica comentam sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e os fatores responsáveis por esse processo. Destaca-se a seguir o que

algumas destas literaturas dizem sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e os fatores responsáveis por essa evolução:

- Segundo Soares (2002) a oferta de trabalho varia conforme a composição familiar. Busca-se verificar se o sexo e a idade dos filhos exercem influência sobre a probabilidade de a mãe participar do mercado de trabalho. O autor usa um modelo probabilístico para modelar a probabilidade de participação em função de uma série de variáveis de controle. Como resultado ele observa que a educação formal das mães tem forte influência sobre sua probabilidade de buscar trabalho. Que os filhos menores de 10 anos reduzem a probabilidade de trabalho, qualquer que seja o sexo da criança. Já para idades maiores, o efeito depende do sexo da criança – meninas aumentam a probabilidade ao contrário dos meninos que a reduzem.
- Sedlacek e Santos (1990) argumentam que a decisão das mulheres casadas de participar do mercado de trabalho se dá conforme a renda do marido e que a participação destas na PEA feminina estava aumentando. São as mulheres nas famílias mais ricas por um lado, e as mais pobres por outro, que têm as maiores taxas de participação. As primeiras por terem um salário mais atrativo e as segundas pela necessidade de complementação da renda familiar já reduzida. Utilizando um modelo Probit, os autores chegam à conclusão de que ter altos níveis de escolaridade, filhos mais velhos e estar entre 20 e 29 anos são fatores que se correlacionam fortemente com a decisão de participar do mercado de trabalho.
- Leone (2000) discordando de Sedlacek e Santos (1990) observa que as mulheres de famílias mais pobres participam menos que as mulheres de famílias mais ricas. Argumenta que a participação feminina no mercado de trabalho independe do perfil socioeconômico e da estrutura familiar (com ou sem filhos, com ou sem marido). Apontando que as mulheres continuam a ofertar cada vez mais trabalho e o número de famílias com mulheres que trabalham continua a subir. Além do aumento na taxa de participação, o autor conclui que existe uma tendência à convergência das taxas de mulheres em diferentes posições no domicílio, com a taxa das cônjuges se aproximando da taxa das mulheres chefes de família.

- Scorzafeve e Menezes Filho (2001) investigam o crescimento da participação feminina no período de 1982 a 1997. Usam um modelo de decomposição multivariada e conseguem explicar cerca da metade do aumento da participação feminina. Chegam à conclusão de que mudanças no perfil educacional das mulheres foram fundamentais para explicar o aumento na sua participação no mercado de trabalho, assim como mudanças na oferta de trabalho de mulheres mais velhas e mulheres cônjuges.
- Soares e Izaki (2002) acrescentam pontos muito interessantes a esse respeito. Para os autores, o aumento da participação das mulheres foi crescente, mas o processo está se esfriando. Isto é, a diferença entre as taxas de participação das sucessivas coortes¹ está diminuindo. Enquanto as diferenças entre as gerações de décadas sucessivas 1930-1940 e 1950-1960 são de quase 10%, a diferença 1950-1960 mais se aproxima de 6-8% e a diferença 1960-1970 e 1970-1980 é quase nula. Se este fenômeno for real, afirmam os autores, deve-se esperar algum crescimento nas taxas de participação global enquanto as gerações anteriores à coorte 1960 se retiram do mercado e depois uma estabilização da taxa próxima à taxa das coortes de 1960 e 1970, em torno de 52% para as mulheres acima de 10 anos e próximo de 60% para as mulheres de 16 a 60 anos.

Mas uma das principais mudanças, que merece atenção, é o expressivo aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres, que de acordo com o Censo Demográfico 2000, no Brasil era de 86.223.155 mulheres, das quais 11.160.635 eram chefes de família, correspondendo a 12,9% (IBGE, 2000a).

Para cada 100 mulheres havia no Brasil 96,93 homens, ou seja, em números absolutos havia mais 2.647.140 mulheres do que homens. Os censos anteriores igualmente revelavam a maior presença de mulheres no Brasil. Nas últimas duas décadas, a proporção de homens vem se reduzindo muito discretamente, passando de 98,7 em 1980 para 97,5 em 1991 e 96,9 em 2000 (IBGE, 2000a).

¹ Uma coorte é um grupo de pessoas que sofrem um mesmo evento em um determinado momento e são acompanhadas no tempo após esse evento. A análise de coorte é uma ferramenta poderosa para entender mudanças ao longo do tempo.

Em relação à estrutura etária, a população vem passando por um processo de gradual envelhecimento, com redução da proporção relativa de crianças e jovens, fruto principalmente da queda dos níveis de fecundidade nas últimas décadas. Em 2000, a proporção de mulheres com menos de 15 anos de idade atingia 28,7%, enquanto que em 1980 esta proporção alcançava 37,6%. Esta mudança se reflete também na idade mediana da população feminina, que era de 19,4 anos em 1980 e alcançou 24,9 anos em 2000 (IBGE, 2000a).

A sociedade brasileira passou por profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais nestes últimos 20 anos que antecederam o censo e que repercutiram intensamente nas diferentes esferas da vida familiar. As tendências que mais se destacaram quanto às formas de organização doméstica foram a redução do tamanho das famílias e o crescimento da proporção das famílias, cujas pessoas responsáveis são mulheres. Em 2000, o Censo Demográfico verificou que 24,9 % dos domicílios tinham mulheres como responsáveis (IBGE, 2000a).

Tabela 2
Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões
Brasil – 2000

Grandes Regiões	Pessoas responsáveis pelos domicílios		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	44.795.101	33.634.466	11.160.635
Norte	2.809.912	2.167.075	642.837
Nordeste	11.401.385	8.449.390	2.951.995
Sudeste	20.224.269	15.049.401	5.174.868
Sul	7.205.057	5.576.952	1.628.105
Centro-Oeste	3.154.478	2.391.648	762.830

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000, apud. IBGE, 2000a

Segundo dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo próprio IBGE, no Brasil a chefia feminina estava presente em 19,3%, em 1992, e passou a ocorrer em 25,5% dos domicílios, em 2002, com um crescimento da ordem de 32,1% nesses dez anos. Todas as grandes regiões acompanharam esta tendência, algumas com maior intensidade, como a Norte (46,4%) e a Sul (43,4%), como se vê no Gráfico 1.

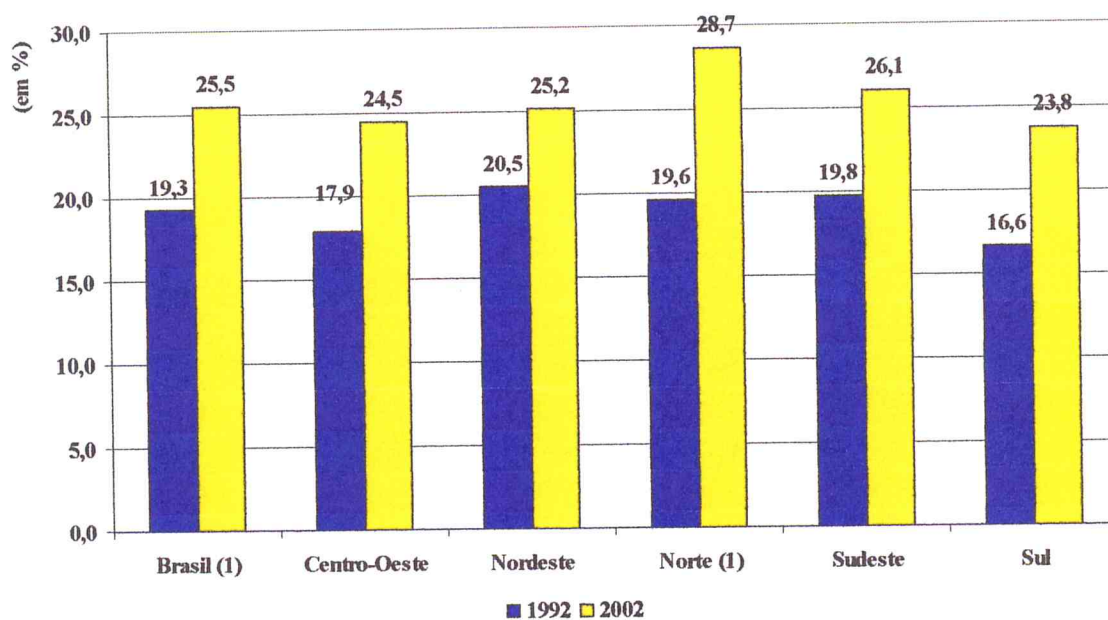


Gráfico 1
Proporção de domicílios chefiados por mulheres
Brasil - 1992/2002

Fonte: DIEESE, 2004

Nota: (1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Esse fenômeno ainda está muito concentrado na área urbana, uma vez que 86,9% dos domicílios na área rural eram chefiados por homens, em 2002. Na área urbana, 27,6% dos domicílios possuíam chefia feminina e 72,4%, masculina. Esta tendência se acentuou nas áreas metropolitanas, onde a proporção de chefes mulheres cresce para 31,2% (Tabela 3).

Em 2002, os domicílios brasileiros possuíam, em média, 3,6 pessoas, 1,5 filhos e havia 1,3 dependente para cada pessoa ocupada. Cerca de 70,0% dos domicílios eram compostos por um núcleo familiar (com um chefe e o seu cônjuge), sendo os demais 30,0%, domicílios chefiados por uma pessoa, sem a presença do cônjuge. A renda familiar era de R\$ 1.373,69 e a per capita de R\$ 381,58. Dez anos antes, o domicílio era maior, com quatro pessoas, em média, e a proporção de domicílios monoparentais (isto é, chefiados por uma pessoa, sem cônjuge) era mais reduzida (25,3%).

Tabela 3
Domicílios por área de localização e sexo do seu chefe
Brasil – 2002

Grandes Regiões	Chefia por Sexo	Área Urbana			Rural	Total
		Áreas Metropolitanas	Demais Áreas Urbanas	Total		
Brasil	Mulheres em %	31,2	25,4	27,6	13,1	25,5
	Homens em %	68,8	74,6	72,4	86,9	74,5
	Total em pessoas	15.307.758	25.404.120	40.711.878	6.846.781	47.558.659
Norte	Mulheres em %	35,2	27,9	29,3	-	28,7
	Homens em %	64,8	72,1	70,7	-	71,3
	Total em pessoas	449.403	1.879.869	2.329.272	-	2.411.046
Nordeste	Mulheres em %	35,1	27,1	29,4	14,1	25,2
	Homens em %	64,9	72,9	70,6	85,9	74,8
	Total em pessoas	2.538.365	6.357.999	8.896.364	3.335.552	12.231.916
Sudeste	Mulheres em %	30,1	24,2	27,1	13,6	26,1
	Homens em %	69,9	75,8	72,9	86,4	73,9
	Total em pessoas	9.837.541	10.267.090	20.104.631	1.637.432	21.742.063
Sul	Mulheres em %	31,2	25,4	27,6	13,1	25,5
	Homens em %	68,8	74,6	72,4	86,9	74,5
	Total em pessoas	1.908.108	4.477.028	6.385.136	1.340.199	7.725.335
Centro-Oeste	Mulheres em %	30,4	26,0	26,9	8,9	24,5
	Homens em %	69,6	74,0	73,1	91,1	75,5
	Total em pessoas	574.341	2.422.134	2.996.475	451.824	3.448.299

Fonte: DIEESE, 2004

Os dados da PNAD mostram também, que, em 2002, do total de mulheres chefes, 87,3% não tinham cônjuge. Para os homens, essa proporção era de apenas 11,1%. As informações apontam ainda que, nos domicílios com chefia feminina, o número médio de pessoas era de 3,0 e de filhos, 1,3 e a taxa de dependência se assemelhava à média brasileira. No entanto, tanto o rendimento quanto a renda per capita foram inferiores aos valores médios: R\$ 1.110,49 e R\$ 368,93, respectivamente (Tabela 4).

Tabela 4
Características do domicílio por sexo do seu chefe
Brasil – 1992/2002

Características dos domicílios	1992			2002		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Situação conjugal (em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casado	4,2	91,6	74,7	12,7	88,9	69,5
Outras situações	95,8	8,4	25,3	87,3	11,1	30,5
Tamanho do Domicílio						
Nº médio de pessoas	3,2	4,2	4,0	3,0	3,8	3,6
Nº médio de filhos	1,5	2,0	1,9	1,3	1,6	1,5
Taxa de dependência	1,2	1,6	1,5	1,3	1,4	1,3
Rendimento (em R\$ de dez/03)						
Familiar	968,67	1.418,78	133.106,00	1.110,49	1.463,80	1.373,69
Per Capita	299,90	334,62	329,47	368,93	387,25	381,58

Fonte: DIEESE, 2004

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS SOBRE O TRATAMENTO DOS DADOS DA PED

Esta monografia utiliza os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) que tem por finalidade a produção de estatísticas para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho urbano e de suas tendências, assim como, fornecer ao governo subsídios para possíveis políticas públicas.

Os dados coletados são referentes às mulheres e homens, ambos, chefes de família e não chefes, analisando a escolaridade, cor, idade, horas de trabalho, tempo de serviço, experiência potencial e rendimentos. O período utilizado de análise é janeiro de 2000 a dezembro de 2005, com um número de 456.621 observações.

Com relação ao grau de instrução são tratados os analfabetos e os sem escolaridade declarada, aqueles que possuem 0 a 2 anos de estudo, o 1º grau incompleto àqueles que possuem entre 3 e 7 anos de estudo, com o 1º grau completo e 2º grau incompleto os que possuem entre 8 e 10 anos de estudo, o 2º grau completo e 3º grau incompleto os que possuem entre 11 e 14 anos de estudo e o 3º grau completo os que possuem mais de 15 anos de estudo.

Com relação à cor são tratados os brancos, considerados os brancos e os amarelos, visto que estes últimos se apresentam em quantidade bem pequena que não influenciam na análise, e os negros, que englobam os indivíduos pretos e pardos.

São tratadas as pessoas de 18 a 25 anos, de 25 a 59 anos e as de 60 anos e mais de idade. As horas de trabalho são contabilizadas por mês e o tempo de serviço é tratado em meses. A experiência potencial é avaliada com base na diferença entre a idade e o tempo necessário para educação (investimento em capital humano), o qual inclui o período pré-escolar de 7 anos.

Com relação aos rendimentos, são tratados como rendimentos médios (por ano e média total) e por faixa de rendimentos (sem rendimento, até R\$ 350, entre R\$ 351 e R\$ 1000, mais de R\$ 1000). Estes rendimentos estão inflacionados a valores constantes de fevereiro de 2006.

A PED é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio entre a Fundação SEADE e o DIEESE em parceria com órgãos públicos locais. A pesquisa foi implantada em outras regiões, sendo realizada, atualmente, no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte (DIEESE, 2007).

O propósito básico da PED é construir indicadores mais adequados à situação nacional que buscassem mostrar as especificidades locais, preservando a possibilidade de obter os indicadores freqüentemente adotados em diferentes países (DIEESE, 2007).

Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam (SEI, 2007).

A pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PED/RMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos 10 municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. As informações são coletadas mensalmente através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, resultando na aplicação de aproximadamente 9.000 questionários por mês (SEI, 2007).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia, ao privilegiar a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro (SEI, 2007).

A PED/RMS é realizada desde outubro de 1996, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLAN) e pela Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRE), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Faculdade de Ciências Econômicas (SEI, 2007).

A PED/RMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho local; seus resultados fornecem preciosas informações para a atuação de gestores do setor público, trabalhadores, empresários, estudiosos do mercado de trabalho, permitindo-lhes elementos essenciais para a tomada de decisões, não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também as concernentes ao campo econômico, à política de emprego de um modo geral (SEI, 2007).

Os principais conceitos da PED são:

PIA - População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA - População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada

Ocupados - São os indivíduos que:

- a. possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- b. possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;
- c. possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados - São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- a. desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- b. desemprego oculto: (i) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (ii) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado

de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 10 anos) - Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Rendimentos do trabalho - É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

Os principais indicadores da PED são:

Taxa Global de Participação - é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

Taxa de Desemprego Total - equivale à relação Desempregados/PEA, e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

Rendimentos:

- a. rendimento médio: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC/SSA (SEI/SEPLAN), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Assim, os dados apurados no trimestre maio/julho, agora divulgados, correspondem à média do período abril/junho, a preços de junho;
- b. distribuição dos rendimentos: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, além do

rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.

4 A INSERÇÃO DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS

Nesta seção, faz-se uma avaliação dos principais aspectos referentes a inserção da mulher chefe de família no mercado de trabalho da RMS, tentando ampliar o conhecimento a respeito desse contingente de trabalhadores. A Tabela 5 possibilita uma comparação do rendimento médio e de alguns atributos pessoais entre as mulheres e os homens, ambos, chefes de família ocupados. Uma análise dessa tabela permite observar que o rendimento médio das mulheres é, em média, inferior ao dos homens correspondendo a 64,1% desse rendimento. O rendimento médio das mulheres é de R\$ 744, enquanto o dos homens é de R\$ 1159, correspondendo a uma diferença de 55,9%. De fato, a estatística t de 34,83 rejeita a hipótese de igualdade das médias de rendimentos desses dois agrupamentos de trabalhadores². No gráfico 2 é possível acompanhar a evolução do rendimento médio na RMS entre o período de 2000 e 2005. Esse diferencial de rendimentos pode ser, em parte, atribuído a elementos discriminatórios, que atuam em detrimento das mulheres, já que elas possuem, em média, maior escolaridade, e mesmo assim, seus rendimentos são menores relativamente aos dos homens. Uma justificativa para esse fato pode ser encontrada nas estatísticas das horas mensais de trabalho. Nesta variável, o número referente à mulher chefe de domicílio (157 horas) apresenta-se inferior ao do homem (187 horas). Há, no entanto, que se buscar justificativas mais pormenorizadas nas formas de inserção das mulheres chefes de família no mercado de trabalho e na sociedade.

A escolaridade das mulheres chefes de família, medida em termos de anos de estudos, mostra-se um pouco mais elevada que a dos homens. Essa diferença de escolaridade entre mulheres e homens é garantida pela estatística t de -7,10 no teste de diferença das médias (Tabela 5).

² Seja $H_0: \mu_I - \mu_J = 0$ a hipótese nula de igualdade das médias e $H_1: \mu_I - \mu_J \neq 0$ a hipótese alternativa de diferença das médias, onde μ_I e μ_J são as respectivas médias de rendimentos das mulheres e dos homens. Se $|t| > t_\alpha$ rejeita-se H_0 e aceita-se H_1 , onde: $|t| = (\mu_I - \mu_J) / [(\sigma_I^2/n_I) + (\sigma_J^2/n_J)]^{1/2}$; σ_I e σ_J são os desvios padrão dos respectivos indicadores médios; n_I e n_J são os respectivos números de observações desses dois grupos de pessoas; e t_α é a estatística t para um nível de significância α .

Tabela 5
Rendimento médio e atributos pessoais por condição ocupacional
RMS 2000/2005

Discriminação	Homem	Mulher	Estatística t*
Rendimento médio	1159,40	743,55	34,83 (0,00)
Escolaridade média	8,48	8,74	-7,10 (0,00)
Horas mensais de trabalho	187,16	156,96	53,65 (0,00)
Experiência potencial média ⁽¹⁾	25,62	28,17	-24,55 (0,00)
Tempo de serviços em meses	90,56	98,11	-8,57 (0,00)
Idade média	40,10	42,91	-30,49 (0,00)

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

*As estatísticas t comparam as médias de rendimento e dos atributos pessoais. Os níveis de significância encontram-se entre parênteses.

(1) Definida pela diferença entre a idade e o tempo de estudo (que inclui o tempo pré-escolar de 7 anos).

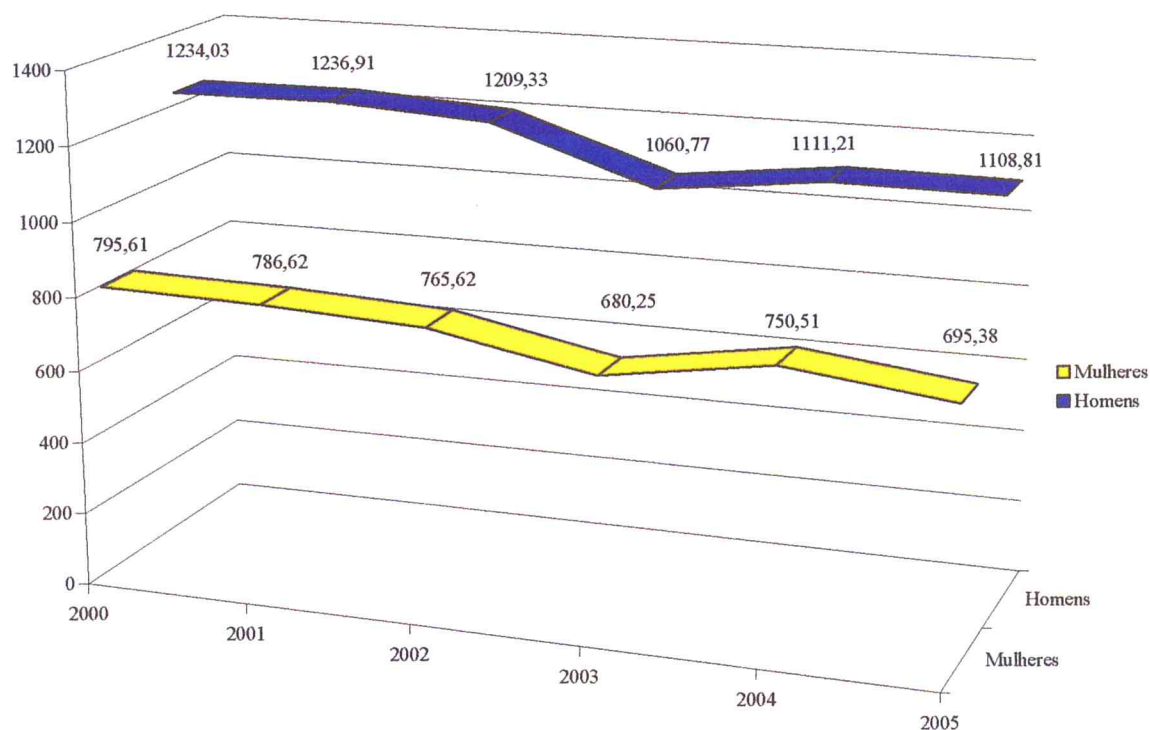


Gráfico 2
Rendimento (média anual)
RMS - 2000/2005

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

Segundo os dados do IBGE (2000a) a situação educacional das mulheres chefes de família apresentou melhorias significativas no período de 1991/2000: houve queda substancial nas taxas de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade em todas as faixas etárias. No entanto, as desigualdades educacionais verificadas entre as grandes regiões do País são elevadas e estáveis ao longo do período analisado. Continua sendo o contingente de mulheres chefes de família residentes no Nordeste aquele que apresenta os piores indicadores educacionais, evidenciando a continuidade das desigualdades espaciais no Brasil.

Na RMS podemos acompanhar a evolução nos anos de escolaridade, através de médias anuais, no gráfico 3, onde são comparados os homens e mulheres chefes de família.

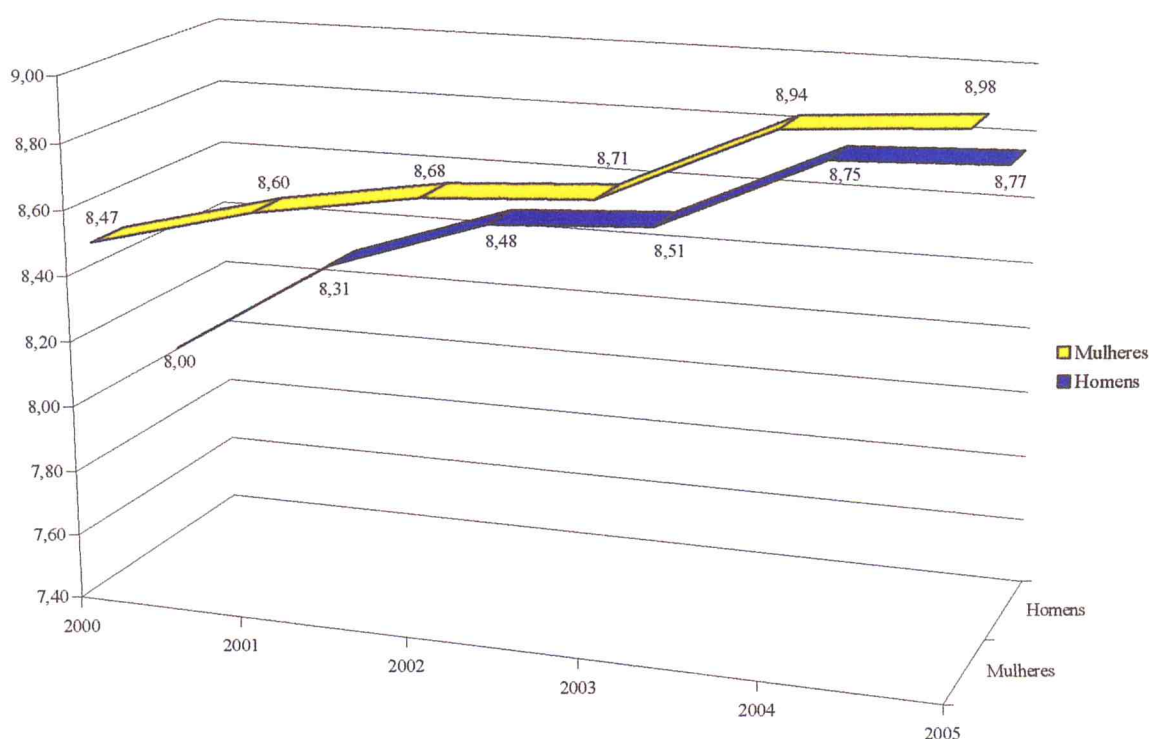


Gráfico 3
Anos de escolaridade (média anual)
RMS – 2000/2005

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

Há consenso entre os especialistas em desenvolvimento de que a educação é fundamental para a redução das disparidades sociais e econômicas. Além disso, a tendência à revalorização dos conteúdos da educação geral é um elemento chave nos processos de qualificação profissional com vistas às novas tecnologias. Portanto, o nível de instrução dos chefes de família, principalmente para aqueles do sexo feminino, é determinante para avaliar o bem-estar de seus dependentes. A taxa de analfabetismo entre as mulheres responsáveis pelo domicílio (de

10 anos ou mais de idade), declinou, no País como um todo, de 31,3% em 1991, para 20,5%, em 2000. Mesmo em declínio, esta taxa ainda é bastante alta. Em números absolutos, representava cerca de 2,3 milhões de mulheres analfabetas, sendo que a metade delas residia no Nordeste. A desagregação das taxas, por grupos de idade, pôde verificar que as chefes de família mais jovens apresentam taxas menores, provavelmente, resultado da ampliação do acesso à escola ocorrido nas últimas décadas (IBGE, 2000a).

Ainda sobre a Tabela 5, o atributo idade permite dizer que as mulheres chefes de família ocupadas são, em média, mais velhas que os homens chefes de família. Quanto aos atributos tempo de serviço e experiência, tem-se que as mulheres, com respeito aos homens, apresentam tempo de serviço em meses e experiência potencial maiores, fatos esses garantidos pelas estatísticas t respectivamente de -8,57 e -24,55. A evolução média anual entre os anos 2000 e 2005 na RMS, destes atributos, podem ser verificados relativamente nos gráficos 4 e 5.

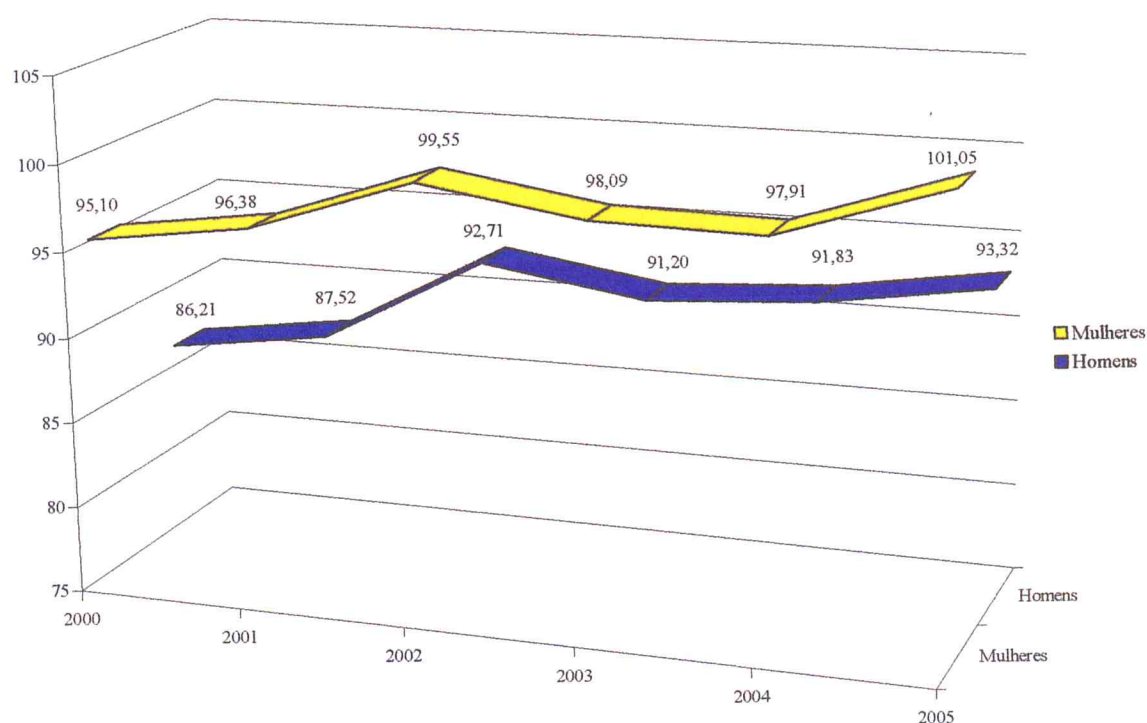


Gráfico 4
Tempo de serviço em meses (média anual)
RMS – 2000/2005

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

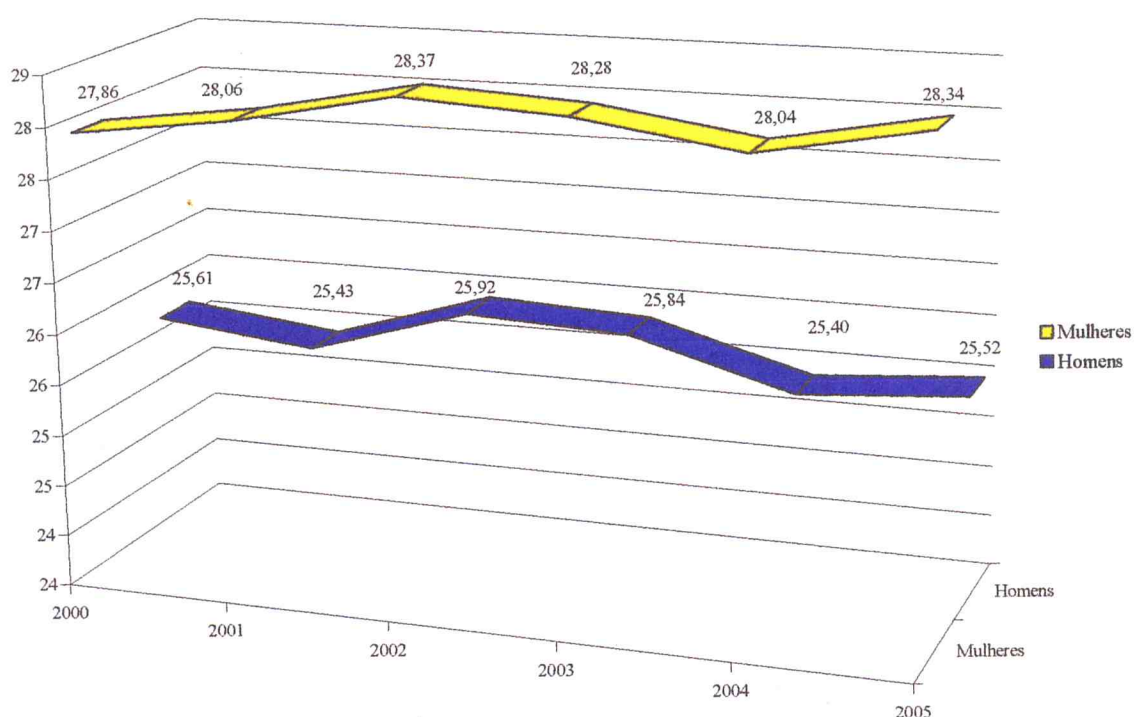


Gráfico 5
Experiência potencial (média anual)
RMS – 2000/2005

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

A Tabela 6 apresenta uma distribuição das mulheres ocupadas, de um modo geral, por faixas de rendimentos segundo posição na família. Percebe-se que as mulheres quando são chefes de família aceitam menos as atividades não remuneradas, ou seja, dentre as mulheres com alguma ocupação econômica, mas sem remuneração apenas 13% são chefes de família. Esse percentual mostra-se crescente à medida que a faixa de renda se eleva (23% com até R\$ 350, 24% entre R\$ 351 e R\$ 1000 e 33% mais de R\$ 1000). Por outro lado, as mulheres chefes de família aparecem proporcionalmente mais nas faixas de renda mais elevadas, enquanto que as mulheres não chefes são mais freqüentes na faixa de renda mais baixa (de até R\$ 350). Isso demonstra que o fato da mulher se encontrar na condição de provedora da família permite também que ela dispute melhores remunerações no mercado de trabalho.

Tabela 6
Faixa de renda por posição na família
RMS 2000/2005

Legenda: % linha % coluna	Sem rendimento	Até R\$ 350	Entre R\$ 351 e R\$ 1000	Mais de R\$ 1000
Não Chefe	0,05 0,87	0,53 0,77	0,29 0,76	0,13 0,67
Chefe	0,02 0,13	0,49 0,23	0,29 0,24	0,20 0,33
Total	0,04	0,52	0,29	0,15

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

Na Tabela 7 apresentou-se uma distribuição das mulheres ocupadas, chefes de família, por faixas de rendimentos segundo alguns atributos pessoais. Pode-se então visualizar que a grande maioria das mulheres analfabetas (ou seja, 85%) encontra-se na faixa de renda de até R\$ 350. Mas a medida que a escolaridade avança, percebe-se que o percentual de mulheres aumenta na faixa de rendimento mais elevado. Isso demonstra que elas respondem às determinações do mercado de trabalho, embora com rendimentos menos elevados que os dos homens. É interessante notar que, dentre as mulheres com rendimentos de até R\$ 350, 20% são analfabetas e, dentre as mulheres sem rendimento, 12% possuem escolaridade de nível superior. Por outro lado, tem-se que a faixa dos mais elevados rendimentos (mais de R\$ 1000) é composta de 57% de mulheres com escolaridade de nível universitário. Na faixa de rendimentos que vai de R\$ 351 a R\$ 1000, o percentual de mulheres com escolaridade universitária também é grande (11%), comparando-se às que recebem até R\$ 350 (1%). Esse fato já era esperado, tendo em vista que a mulher chefe de família apresenta uma escolaridade média um pouco mais elevada que a do homem chefe de família, contribuindo, por conseguinte, para a formação dos seus rendimentos.

Analisando os rendimentos das mulheres por faixas de idade percebe-se que elas encontram-se relativamente mais presentes em todas as faixas de rendimentos (76% sem rendimento, 86% com até R\$ 350, 88% entre R\$ 351 e R\$ 1000 e 91% mais de R\$ 1000) quando possuem entre 26 e 59 anos, ou seja, quando se encontram economicamente mais ativas. Mas, qualquer que seja a faixa etária, a maioria das mulheres chefes (49%) possui rendimentos mensais de até R\$ 350. Dentre as mulheres que ganham até R\$ 350, 86% possuem entre 26 e 59 anos e apenas 6% são jovens entre 18 e 25 anos. No contingente de mulheres com rendimentos entre R\$ 351 e R\$ 1000 verificam-se que 88% delas possuem entre 26 e 59 anos e, dentre aquelas

com rendimentos superiores a R\$ 1000, tem-se que 91% encontram-se nessa mesma faixa etária.

Tabela 7
Faixa de renda por atributos pessoais
RMS 2000/2005

Legenda: % linha				
% coluna	Sem rendimento	Até R\$ 350	Entre R\$ 351 e R\$ 1000	Mais de R\$ 1000
Por faixa escolaridade				
Analfabeto	0,03 0,13	0,85 0,20	0,12 0,05	- -
Entre 3 e 7 anos	0,03 0,29	0,78 0,42	0,18 0,16	0,02 0,02
Entre 8 e 10 anos	0,02 0,13	0,63 0,17	0,30 0,14	0,05 0,03
Entre 11 e 14 anos	0,02 0,33	0,29 0,20	0,47 0,55	0,22 0,38
15 anos e mais	0,02 0,12	0,03 0,01	0,20 0,11	0,75 0,57
Por faixas de idade				
Entre 18 e 25 anos	0,05 0,12	0,53 0,06	0,33 0,07	0,10 0,03
Entre 26 e 59 anos	0,02 0,76	0,48 0,86	0,29 0,88	0,21 0,91
60 anos e mais	0,04 0,12	0,55 0,08	0,24 0,06	0,17 0,06
Por cor				
Negra	0,02 0,84	0,53 0,93	0,29 0,85	0,16 0,69
Branca	0,03 0,16	0,24 0,07	0,31 0,15	0,43 0,31
Total	0,02	0,49	0,29	0,20

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

Considerando os rendimentos das mulheres chefes de família em uma perspectiva da cor, observa-se que as negras encontram-se mais freqüentes nos estratos inferiores dos rendimentos e as brancas aparecem relativamente mais nos estratos superiores. Assim é que, 84% das mulheres sem rendimentos são negras e 93% das mulheres com rendimentos de até R\$ 350 também são negras, ou seja, esses percentuais são mais elevados que os percentuais de mulheres negras na população que é de aproximadamente 80,0%. Por outro lado, as mulheres brancas aparecem mais freqüentes nas faixas mais elevadas de rendimentos, 15% das mulheres com rendimentos entre R\$ 351 e R\$ 1000 são brancas e 31% daquelas que possuem

rendimentos acima dos R\$ 1000 também são brancas, quando a participação das mulheres brancas na população é de apenas 20,0%. Isso caracteriza um diferencial de rendimentos em favor das mulheres brancas, e muito provavelmente esse diferencial tenha uma origem discriminatória.

Uma análise mais conclusiva acerca dos determinantes dos rendimentos das mulheres chefes de família encontra-se a seguir.

5 OS DETERMINANTES DO RENDIMENTO DA MULHER CHEFE DE FAMÍLIA

Em busca de um melhor entendimento a respeito da formação do rendimento da mulher chefe de família no mercado de trabalho da RMS, estima-se uma equação de rendimento total do trabalho (atividade principal e secundária)³, utilizando-se um modelo linear nos logaritmos. A justificativa para adoção desse modelo é que, além de ser aquele que melhor se ajustou aos dados, ele permite estimativas diretas das elasticidades do rendimento do trabalho em relação as variáveis contínuas. Dessa forma, considerou-se o logaritmo do rendimento total do trabalho, em reais, em função de um conjunto de variáveis explicativas contínuas e binárias. As variáveis contínuas consideradas, todas logaritimadas, foram escolaridade, tempo de serviço, idade (ao quadrado) e experiência potencial⁴, todas medidas em anos, e horas trabalhadas. As variáveis binárias (qualitativas) utilizadas foram cor e assalariamento, as quais assumem o valor unitário quando a mulher é respectivamente de cor branca e assalariada e zero caso contrário. O modelo utilizado pode ser especificado como segue:

$$R_i = \beta X_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

onde β é o vetor de parâmetros a ser estimado, X_i é um vetor de características pessoais que engloba os principais atributos produtivos e não produtivos dos trabalhadores (variáveis explicativas contínuas e binárias) e ε_i é o distúrbio, o qual é admitido ser independente e normalmente distribuído, com média igual a zero e variância σ^2 .

Um problema freqüente que ocorre com esse tipo de análise diz respeito a um possível viés de seleção presente na amostra selecionada. Normalmente, regressa-se o rendimento do trabalho das mulheres ocupadas e chefes de família em função de variáveis explicativas (X_i),

³ Tomou-se o rendimento total do trabalho, e não apenas o rendimento da sua atividade principal, pelo fato de a mulher desempenhar, tradicionalmente, uma atividade secundária no mercado de trabalho que complementa a sua renda. Os rendimentos utilizados neste trabalho estão a valores constantes de fevereiro de 2006.

⁴ Essa variável foi avaliada com base na diferença entre a idade e o tempo necessário para educação (investimento em capital humano), o qual inclui o período pré-escolar de 7 anos. Essa experiência pode ser considerada como uma *proxy* para o *learning by doing*, embora com algum viés, tendo em vista que as mulheres que ficaram desempregadas por algum período de tempo ou retiraram-se do mercado de trabalho temporariamente para cuidar de seus filhos aparecerem com uma experiência maior.

deixando-se de fora as mulheres ocupadas que não são chefes de família, as desempregadas e as inativas. Isso se dá em virtude dessas outras mulheres não serem chefes de família, embora estejam ocupadas exercendo alguma atividade no mercado de trabalho, ou não possuem empregos remunerados, provavelmente em decorrência de apresentarem-se ao mercado com salários de reserva mais elevados que os salários que o mercado lhes oferecem. Por isso mesmo, a amostra, contendo apenas as chefes de família, pode não ser, necessariamente, representativa de toda a população, havendo, por conseguinte, um viés de seleção, que conduzirá inexoravelmente a conclusões falsas. Para esse tipo de problema, Heckman (1979) propõe uma solução que consiste em estimar um modelo probit, para observar qual a probabilidade de uma mulher participar do mercado de trabalho ser chefe de família.

Diante do exposto, Heckman (1979) propõe que seja estimada uma equação de participação da mulher chefe de família, utilizando-se o modelo probit, que permitirá obter, através da determinação da razão inversa de Mills, uma nova variável (λ):

$$\lambda_{rk} = \phi(\beta_{rk}X_{irk}/\sigma_0)/\Phi(\beta_{rk}X_{irk}/\sigma_0) \quad (2)$$

onde ϕ é a função de densidade normal padronizada e Φ é a sua função cumulativa. Em seguida, faz-se uso dessa nova variável para corrigir possíveis problemas de viés de seleção amostral, que decorrem do fato de serem tomados apenas as mulheres chefes de família com rendimentos positivos.

Para o cálculo da equação de participação das mulheres chefes de família no mercado de trabalho da RMS foram consideradas as seguintes variáveis: escolaridade, idade, outras rendas que não as do trabalho (que incorpora outras rendas pessoais, tais como aposentadoria, pensão, seguro desemprego, entre outras) e experiência potencial. A Tabela 8 mostra os resultados dessa equação, estimada com base no modelo probit, em conformidade com o procedimento de Heckman (1979). Ressalte-se que todos os parâmetros foram estatisticamente significativos, o que é garantido pelas altas estatísticas Wald obtidas.

A Tabela 8 revela que o nível de escolaridade encontra-se positivamente correlacionado com a probabilidade de as mulheres chefes de família participarem no mercado de trabalho da RMS. Essa relação pode estar refletindo condições mais favoráveis de inserção para essas trabalhadoras, pelo maior nível educacional.

Uma análise dessa mesma tabela permite observar que a experiência potencial das trabalhadoras chefes de família apresenta uma relação direta com a probabilidade desta se encontrar ocupada no mercado de trabalho.

Ainda com o auxílio da Tabela 8, percebe-se que a implicação da variável idade na probabilidade das trabalhadoras chefes de família participarem do mercado de trabalho foi estabelecida através de uma relação direta. Tem-se, portanto, que um aumento da idade dessa mulher acaba por induzir uma maior participação dessa mulher no mercado de trabalho.

A probabilidade de a mulher participar no mercado de trabalho como chefe de família é negativamente correlaciona com a variável cor, sendo menor para a mulher branca relativamente à negra.

O controle através da variável outras rendas mostrou-se estatisticamente significativo e positivamente correlacionado com a possibilidade de a trabalhadora chefe de família participar no mercado de trabalho (ver Tabela 8). Isso significa que quanto maior for o nível dessas rendas, maior também será a probabilidade dessa trabalhadora estar de alguma forma ocupada no mercado de trabalho.

Tabela 8
Equação de participação das mulheres chefes de família no mercado de trabalho
RMS 2000/2005

Variável	<i>b</i>	Desvio padrão	Wald	Sig Wald
Constante (Chefe de família)	5,376	0,064	7.091,601	0,000
Escolaridade	0,015	0,005	7,295	0,007
Experiência potencial	0,182	0,014	161,341	0,000
Idade	1,104	0,029	1.489,136	0,000
Cor	-0,075	0,011	47,137	0,000
Outras rendas	0,0002	0,000	631,650	0,000
N = 190.369 $c_6^2 = 39.612,8$ $-2\log\text{Likelihood} = 105.319,6$				

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

Diante do exposto, estimou-se o modelo (Tabela 9) adicionado da nova variável lambda (inversa de Mills), pelo método dos mínimos quadrados. Esse procedimento permitiu obter

estimadores consistentes para os parâmetros da equação de rendimentos (Tabela 8). Os resultados desse ajustamento podem ser encontrados na Tabela 9.

Uma inspeção dessa tabela permite observar que o rendimento total da mulher chefe de família é positivamente correlacionado com o seu nível de escolaridade, fato esse garantido pelo sinal positivo e estatisticamente significativo do coeficiente da variável escolaridade. Esse quadro revela que o nível de escolaridade é um atributo produtivo importante na determinação do rendimento da trabalhadora chefe de família, o que é garantido pela alta estatística t (32,824). Esse resultado garante o investimento em capital humano propicia um maior rendimento do trabalho para essas trabalhadoras. Além do mais, a sensibilidade do rendimento total em relação à escolaridade (elasticidade da escolaridade) foi uma das mais altas (0,356) entre os atributos produtivos considerados na análise.

O tempo de serviço mostrou-se positivo e estatisticamente correlacionado com o rendimento total do trabalho da mulher chefe de família, com uma elasticidade de 0,149. Esse resultado pode estar revelando um padrão característico de valorização da estabilidade da mulher pelo mercado, na medida que maiores salários são pagos para as mulheres que têm um maior tempo de serviço no emprego. Isso implica que as trabalhadoras chefes de família que conseguem aumentar seus rendimentos são aquelas que permanecem por mais tempo no mesmo emprego e não mudam periodicamente de ocupação.

Os resultados contidos na Tabela 9 revelam ainda que o tempo total dedicado ao trabalho (total de horas trabalhadas) é outro atributo produtivo estatisticamente significativo (fato esse garantido pela maior estatística t de 42,898) e que contribui positiva e fortemente para a formação do rendimento da mulher chefe de família. A importância desse atributo produtivo para a formação desse rendimento é estabelecida pela própria elasticidade do esforço, que foi de 0,445.

Surpreendentemente, a experiência potencial – atributo produtivo que geralmente contribui para a formação do rendimento do trabalho – mostrou-se estatisticamente importante, mas negativamente correlacionado com a renda da mulher chefe de família. Esse resultado pode estar evidenciando que o mercado não está valorizando a maturidade da mulher, atributo que seguramente cresce com a idade, mesmo que esta signifique experiência no trabalho.

Tabela 9
Determinantes do rendimento total do trabalho da mulher chefe de família
RMS 2000/2005

Variável	b	Desvio padrão	t	Sig t
Constante	8,147	0,218	37,289	0,000
Escolaridade	0,356	0,011	32,824	0,000
Tempo de serviço	0,149	0,004	35,057	0,000
Horas de trabalho	0,445	0,010	42,898	0,000
Experiência	-1,084	0,039	-28,008	0,000
Cor	0,466	0,017	27,375	0,000
Assalariamento	0,473	0,013	35,665	0,000
Lambda	-1,864	0,065	-28,499	0,000
N = 15.861 R² = 0,52 F = 2.453,0 Sig F = 0,000				

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados da PED-RMS

O atributo pessoal cor foi positivo e estatisticamente significativo, indicando que a renda do trabalho é maior para as mulheres brancas. Esse fato pode estar evidenciando um processo de discriminação de rendimento contra a mulher negra no mercado de trabalho da RMS⁵.

A variável assalariamento mostrou-se estatisticamente significativa e positivamente correlacionada com o rendimento do trabalho da mulher chefe de família. Isso revela que o fato de a mulher chefe de família ser assalariada contribui positivamente para a formação do seu rendimento. Esse resultado já era esperado, tendo em vista que a condição de assalariada está geralmente associada a melhores ocupações e maiores remunerações.

⁵ Esse resultado tem sido reproduzido em estudos anteriores. Veja-se, por exemplo, Carrera-Fernandez e Menezes (2005).

6 CONCLUSÕES

Nas duas últimas décadas houve um significativo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho tanto no Brasil quanto no mundo. Nesse cenário uma das principais características é o expressivo aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres. Dada a relevância do fenômeno foi feita uma apresentação, segundo o olhar de alguns autores da literatura econômica, sobre os fatores responsáveis por este processo.

Fazendo uso da base de dados da PED-RMS, este trabalho analisou a participação da mulher chefe de família no mercado de trabalho da RMS. Uma incursão inicial nesses dados permitiu observar que a mulher chefe de família, em média, apresenta um nível de escolaridade 3% superior ao do homem chefe de família, possui tempo de serviço em meses 8% superior, dispõe de uma experiência potencial aproximadamente 10% maior, mas auferem um rendimento significativamente inferior, correspondente a 64,1% do rendimento dos homens. Em resumo, o mercado de trabalho exige da mulher chefe de família um nível maior de escolaridade, estabelece uma carga horária de trabalho menos elevada, aceita uma maior experiência potencial e, em contra partida, oferece um menor nível de rendimento.

Aplicando um modelo binomial probit, foram estimadas, pelo método de máxima verossimilhança, equações de participação da mulher chefe de família no mercado de trabalho da RMS. Objetivando corrigir o possível viés de seleção, aplicou-se o procedimento de Heckman (1979). Esse procedimento permitiu construir a variável λ , ou razão inversa de Mills, com a qual ajustou-se a equação de rendimentos para as mulheres chefes de família. Com isso, alcançam-se estimativas dos parâmetros consistentes e não enviesadas quanto à seletividade da amostra, em decorrência do fato de apenas as mulheres chefes de família estarem presentes nos cálculos dos determinantes dos rendimentos.

Os resultados econométricos obtidos neste trabalho permitem concluir que, diferentemente do trabalhador convencional – em que a escolaridade é o principal atributo produtivo na formação da sua renda –, a mulher chefe de família tem nas horas trabalhadas seu principal determinante de rendimento. Isso revela uma certa precariedade do mercado de trabalho onde esta se insere, indicando que ela terá, necessariamente, que trabalhar mais que o trabalhador convencional.

Este trabalho não pretende esgotar o tema, mas espera-se que este possa contribuir para outros estudos na área do mercado de trabalho no capítulo específico sobre a mulher chefe de família.

Assim, recomenda-se que as políticas públicas nessa área contribuam para que as mulheres chefes de família possam investir mais em capital humano, pois só assim a sociedade pode reduzir gradativamente as diferenças de rendimento destas em relação aos outros trabalhadores, abrindo possibilidades para superar e vencer o conteúdo discriminatório existente no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, W. F. O trabalho feminino: uma análise a partir da Região Metropolitana de Salvador. **Nexus**, v.2, n.3, 2005.
- DIEESE. A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho. **Boletim DIEESE**, São Paulo, 2004. (Edição Especial).
- DIEESE. **Principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>>. Acesso em: 25 fev. 2007.
- FERNANDES, Cláudia Monteiro; MENDONÇA, Joseanie. Perfil de mulheres responsáveis por domicílios: uma aproximação para a Bahia com base no Censo 2000. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.120, p.22-30, maio 2004.
- GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.1, p. 61-68, 2001.
- GELINSKI, Carmen R. O.; RAMOS, Ivoneti da Silva. Mulher e família em mutação: onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino? **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.4, p. 141-148, 2004.
- GOLDIN, C. **Understanding the gender gap**. New York: Oxford University Press, 1990.
- HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, v.47, n.1, p. 153-161, 1979.
- IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.
- LEONE, E.T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M.I. Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências, desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999, p.65-105.
- PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Revista Leonardo Pós**, Blumenau, v. 1, n.2, p.35-38, jan.-jun.2003.
- SCORZAFAVE, L.G. ; MENEZES FILHO, N.A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, dez. 2001.

SEDLACEK, G.L. ; SANTOS, E.C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. (Texto para Discussão, 209).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI).

Principais indicadores. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/pesquisa_sei/index_pesqsei_ped_nota.php >.

Acesso em: 26 fev. 2007.

SOARES, S. ; IZAKI, R.S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SOARES, Y. Viés de gênero em consumo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2 , ago. 2002.